

Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às 09 horas e 15 minutos, no auditório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miguel Calmon, situado Avenida Odonel Miranda Rios, S/N, na cidade de Miguel Calmon, Bahia, reuniram-se em plenária as instituições membros do Conselho Gestor do Parque Estadual das Sete Passagens-PESP, nos segmentos Poder Público, Sociedade Civil e Empreendedores Locais. A plenária foi coordenada pelo servidor e presidente do Conselho, José Manoel Zélis Pereira, gestor desta Unidade de Conservação, representando a Diretoria de Sustentabilidade e Conservação-(DISUC) e a coordenação de gestão de unidades de conservação (CGEUC), o presidente do conselho, após verificar o quórum, estando presentes as seguintes entidades: Poder Público – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA; Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB; Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A – EMBASA; Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Miguel Calmon, Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF. Instituto Federal de Educação, Ciência E Tecnologia da Bahia-IFBA- Jacobina, Universidade do Estado da Bahia-UNEB. Sociedade Civil – Associação Comunitária de Água Branca; Associação Comunitária de Murici – ASCOMU; Associação Comunitária dos Bagres; Associação de Ação Social e Preservação das Águas Fauna e Flora da Chapada Norte – ASPAFF; Associação Protetores da Serra – APS, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miguel Calmon, Central das Organizações de Desenvolvimento Sustentável do Território do Piemonte da Diamantina-CODEP e a Associação de Condutores Ambientais e Guias de Itaitu-ACAGI. Empreendedores Locais – Cunha Garage Centro de Treinamento em artes marciais. Após acolhimento, o presidente saudou a todos os presentes, apresentou as pautas e o representante do (INEMA) Floriano Soto, seguindo a pauta, fez a solicitação de inversão da pauta, que primeiro o presidente faça a apresentação sobre as respostas aos processos de solicitação de informações ao INEMA, com os temas Concessão do Unidade PESP, Processos de Lavras dentro da Poligonal do PESP, e construção do centro de triagem de animais silvestres-CETAS. A resposta ao processo sobre a definição da Zona de Amortecimento, que também consta nas solicitações, será apresentado pelo servidor Floriano Soto no segundo ponto da pauta. O presidente do Conselho iniciou sua



Willington Jansen Pereira da Silva

apresentação, com a resposta do processo 046.2782.2024.0001904-50 – Direitos Minerários, lendo inicialmente a CI com a solicitação do Conselho sobre os processos de mineração ainda ativos dentro da poligonal da unidade PESP. A resposta inicial foi feita através de um despacho solicitando que fossem identificados os processos com a localização. A resposta em despacho foi feita com os pontos e números dos processos e mapas anexados, com solicitação de possível caducidade destes atos. Foi informado o status atual deste processo, o qual foi despachado da diretora de Unidades de Conservação Jeanne Sofia Tavares para a PROJUR para avaliação e possibilidade de solicitação de caducidade da referida atividade. Os conselheiros preferiram fazer outra solicitação de caducidade dos 4 processos de concessão de lavra sobre a poligonal do parque, Floriano pede a palavra e explica sobre o histórico dessas demandas e como se deu esses processos por conta de serem muito antigos, desde a década de 70, antes da existência do PESP, o conselheiro representante da ACAGI sugere a análise no plano de manejo e do decreto sobre o subsolo se está como área de preservação ambiental também. Floriano explica sobre a importância dessa análise e informa que pra ter validade essa conservação do subsolo tem que estar no decreto, O presidente do conselho sugere aguardar o parecer jurídico da PROJUR. Dando continuidade a reunião, foi verificado o processo 046.2782.2024.0001902-98 – Sobre a concessão do PESP, foi apresentado o despacho final do processo, pela diretora de sustentabilidade e conservação, Jeanne Sofia Tavares, informando em despacho não mais existir processo aberto referente a Concessão do Parque Estadual das Sete Passagens. O conselheiro Sinvaldo, representando o sindicato dos trabalhadores rurais de Miguel Calmon, sugere que essa resposta seja de forma oficial e documentada e questiona se de fato foi arquivado o processo de concessão. O presidente informa que vai fazer um novo despacho no processo com as solicitações do conselho, com as contribuições dos membros. Continuando, em resposta ao processo 046.2782.2024.0001899-58, sobre a construção do centro de triagem de animais silvestres-CETAS, no entorno do PESP, foi informada a resposta em despacho do coordenador Vinicius Dantas CGFAU/DISUC/INEMA, no qual consta as seguintes informações: “Primeiramente, importante resgatar o histórico do Termo de Transação e Acordo Judicial

Willyton Juisson Pereira da Silva

(TTAJ). O mesmo fora celebrado em setembro/2020 pelo MPBA/ Jacobina (Promotor Pablo) com os Acordantes Jacobina Mineração (JMC), Yamana Gold (YRI) e Yamana Jacobina Holdings BV (YJH), tendo como Intervenientes-anuentes o INEMA, o município de Jacobina e a Fundação José Silveira. Neste TTAJ, em relação ao Projeto CETAS, ressalto as principais pactuações que foram necessárias para o início efetivo do cumprimento das ações: CLÁUSULA SEGUNDA - FAUNA SILVESTRE "Item 2.1: o repasse de R\$ 4.000.000,00 para a conta bancária da Fundação José Silveira pela Acordante JMC a partir de 05/01/2021." Este recurso será priorizado na construção, equipagem e operacionalização do CETAS Tipo B em Miguel Calmon (conforme Projetos Básicos fornecidos pelo INEMA constantes no Anexo I); ANEXO I - Informações sobre o CETAS de Miguel Calmon Alínea "i" – O licenciamento da atividade e a construção do CETAS, Tipo B, deve ter início, no máximo, 02 (dois) anos após a assinatura do presente acordo, sendo que deve ser concluída a obra e a unidade deve entrar em operação em no máximo 3 anos da assinatura do acordo; Alínea "j" – O projeto arquitetônico e de engenharia deverá observar as diretrizes do INEMA, sendo de responsabilidade da FUNDAÇÃO JOSÉ SILVEIRA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 15.194.004/0001-25, assim como o procedimento de licenciamento ambiental e alvarás pertinentes. Neste sentido, cumpre-nos informar que até o presente momento, não fomos oficializados do efetivo início do cumprimento do TTAJ a partir do pagamento do recurso a ser destinado para as ações do Projeto CETAS. Em completo às informações acima e em resposta ao despacho nº 00082820732, seguem as seguintes considerações: Processo SEI nº 046.0522.2019.0017255-31 - Trata-se da realização de visita técnica para definição da área em que será implantado o CETAS Miguel Calmon sugiro encaminhamento para DIRAF/NEARQ e Estudo Preliminar; Processo SEI nº 046.0523.2020.0018240-32 - Trata-se do e acordo processual formalizado por este INEMA perante a 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Jacobina/BA, nos autos das Ações Cíveis Públicas nº. 0501063-72.2017.8.05.0137, 0300023-73.2016.8.05.0137, 0960696-17.2015.8.05.0137, 0005159-03.2011.8.05.0137 e 0000045-50.1992.8.05.0137, propostas pelo Ministério Público do Estado da Bahia, em que figuram como parte a JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA e o INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E

Willyton Juvon Pereira da Silva

RECURSOS HÍDRICOS – INEMA; Processo Sei nº 046.0525.2019.0014591-75 - Trata-se do ofício resposta referente à proposta de acordo judicial apresentada pelo Ministério Público do Estado da Bahia, visando à composição amigável em ações civis públicas; e Processo SEI nº 046.0525.2022.0003146-49 - Trata-se de reunião realizada (30 de agosto de 2022) com Ministério Público e a Empresa Yamana Gold, ficando acordado que a referida empresa deveria contratar uma Empresa especializada para desenvolver o Projeto executivo. Finalizando informando que até a presente data o INEMA não recebeu resposta das acordantes Jacobina Mineração (JMC), Yamana Gold (YRI) e Yamana Jacobina Holdings BV (YJH). Sugiro oficial o MP buscando a devolutiva do acordo processual formalizado." Neste momento foi encerrada a apresentação sobre os processos de informações solicitadas pelo conselho. O conselheiro Richard, representando a ASPAF, pergunta como seria esse CETAS no sentido de recebimento de animais quanto a região, o presidente explica que seria por proximidade regional, o professor Gustavo sugere ao conselho fazer um ofício ao Ministério Público, e o presidente do conselho, explica que só quem pode encaminhar ofício a outro órgão é a diretora geral do INEMA, sendo sugerido que as entidades da sociedade civil façam este ofício, como entidade privada. Foi sugerido pelo conselho realizar despacho dentro do processo solicitando celeridade ao INEMA para oficializar aos órgãos e entidades competentes, quanto a construção do CETAS. Às 10 horas e 38 minutos o presidente passou a palavra para o professor Gustavo Negreiros, representando a UNIVASF, para fazer a apresentação Programas águas da SERRA, foi explicitado sobre o projeto no qual há o mapeamento das nascentes, começando em Jaguarari e vindo em direção de Jacobina e Miguel Calmon, iniciando pelo mapeamento comunitário e o segundo mapeamento automatizado, sendo verificadas divergências na base de dados encontradas na internet com a realidade de campo. Foi ressaltada a importância das nascentes e proposta uma parceira com o PESP para mapeamento dessas nascentes nas partes mais altas das serras. O gestor do PESP se coloca à disposição do projeto, indicando oficializar essa solicitação para a diretoria do INEMA. Os conselheiros se colocaram à disposição para auxiliar no projeto, Gustavo faz os agradecimentos e passa a palavra para o presidente. Seguindo a pauta, o presidente passa a palavra para o representante da

Willyfan Juvon Pereira da Silva

empresa de mineração PANAMERICA, que concorre a vacância no setor de Empreendedores Locais. O representante senhor Erick de Souza, informou já ter enviado toda documentação para a CGDIS e que está solicitando preenchimento da vacância no setor de empreendedores locais, sendo apreciado pelos colegiados do conselho, havendo a aprovação com 12 votos da participação da entidade para compor o conselho gestor do PESP. Às 11 horas e 13 minutos o presidente passou a palavra para a representante da Associação dos protetores da Serra, Janete Belitardo, sendo que os membros da referida associação apresentam uma Moção de Repúdio sobre o fechamento da área de camping do Parque Estadual das Sete Passagens, fazendo a leitura da moção, sendo aprovada por todos os conselheiros. Continuando, o conselheiro da ASPAF, senhor Richard, solicita um informe referente ao seminário nos dias 16 e 17 do mês de maio de 2024, que ocorrerá em Queimadas, sobre barragens de rejeito e abastecimento na região da Bacia do Itapicuru. Sinvaldo também traz ao conselho a preocupação sobre as demandas dos ataques de onças na região, alertando sobre possíveis conflitos entre o ser humano e esses animais. Às 11 horas e 28 minutos o presidente passou a palavra para o servidor Floriano Soto, representando a coordenação de gestão de unidades de conservação CGEUC, para apresentação de resposta ao processo 046.2782.2024.0001900-26, sobre a definição da Zona de Amortecimento da unidade PESP, o qual traz um breve histórico sobre o plano de manejo do parque explica o porquê do plano de manejo ter sido aprovado sem a zona de amortecimento, explica o que é a Zona de Amortecimento e como funciona o processo de criação dessa zona, relata que quanto a dúvida do conselho se essa aprovação da zona de amortecimento do PESP teria influência da mineradora na época Jacobina Mineração, ele afirma que não, e que um dos motivos da demora da formação dessa zona foram algumas mudanças da equipe técnica que estava no processo de criação da zona de amortecimento, e também uma mudança de metodologia para a formação dessa zona com uma proposição de aspectos socioambientais. O conselheiro Richard pergunta referente a não existir normativa para a criação de Zona de Amortecimento. Floriano concorda e afirma que isso é um aspecto ruim para o processo e informa como será feita essas unidades de paisagens. Richard ressalta a problemática da cachoeira de Véu de

Willyton Juvon Pereira da Silva

Noiva, que nas perspectivas da zona de amortecimento entraria nessa zona e Floriano faz um breve histórico e afirma que faltou o incentivo do poder municipal para a organização e melhoria ambiental da área. Sinvaldo ressalta a importância de uma análise ou revisão do plano de manejo, e que nessa nova proposição de zona de amortecimento seja reunida e incluída os proprietários rurais dentro da mesma para democratizar essa criação da zona, Floriano ressalta a importância das comunidades quilombolas ou indígenas dentro dessas zonas no sentido de fortalecimento. Professor Gustavo pergunta sobre a criação de uma APA, em vez da Zona de amortecimento se não seria melhor, Floriano explica que teria também grandes dificuldades por conta do processo ser parecido e passar pelas mesmas análises, Floriano agradece a todos e encerra sua fala. O Presidente do conselho, não havendo mais nada a ser tratado sobre os pontos de pauta propostos, encerra a reunião. Ata sido lavrada por mim, Wellyton Jeivson Pereira da Silva, conselheiro da Associação dos Protetores da Serra, atuando como secretaria executiva, eleito pelas entidades do conselho, e segue assinada pelos membros presentes do conselho gestor do Parque estadual das Sete passagens.

MIGUEL CALMON, 22/04/2024

Wellyton Jeivson Pereira da Silva

Wellyton Jeivson Pereira da Silva
APS- Secretária Executiva

José Manoel Zélis Pereira
Servidor e Presidente do Conselho gestor do Unidade de Conservação Estadual

José Manoel Zélis Pereira
INEMA-DIRUC.URPD
MT-46600787
[Handwritten Signature]